

PLUTARCO E OS ROMANOS: DEBATES E PERSPECTIVAS HISTORIOGRÁFICAS*

*Maria Aparecida de Oliveira Silva***

RESUMO:

Neste artigo discorremos a respeito da trajetória dos debates sobre os escritos de Plutarco e sobre a contribuição da obra plutarquiana para os estudos centrados na compreensão da relação entre gregos e romanos à época imperial. Nosso intuito é demonstrar que o estudo dos escritos plutarquianos nos leva à compreensão da cultura política romana, algo pouco explorado pela historiografia moderna.

PALAVRAS-CHAVE: *Historiografia Antiga. Plutarco. Roma Imperial.*

Os primeiros clássicos modernos sobre a história da Antigüidade greco-romana retratam a magnitude das estruturas políticas de seus povos, apresentando como traço comum o realçar de seu poderio militar e de suas formas de administração política. Outro aspecto bastante explorado por esses literatos é o arquitetônico. Vemos inúmeras páginas destinadas a descrições de paisagens das cidades greco-romanas com seus monumentos e construções de

* A elaboração deste artigo foi possível graças ao apoio institucional da Capes que, mediante concessão de bolsa PDEE, tornou possível o desenvolvimento de pesquisas na biblioteca da École Française de Rome e em outros centros de pesquisa da capital italiana. A autora agradece, ainda, o apoio da Fapesp, órgão financiador da pesquisa de doutoramento do qual este artigo é parte integrante.

** Doutoranda em História Social pela Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (USP–FFLCH). E-mail: madsilva@usp.br.

grande relevo. Então percebemos que a incipiente escrita histórica do século XVIII tem como modelo historiográfico o legado por gregos e romanos e, em decorrência, traz para sua seara as temáticas político-militares. Por outro lado, a influência de autores como Estrabão e Pausânias, que descrevem paisagens detalhando suas riquezas artísticas, contribuiria para o surgimento de antiquaristas, os quais identificam e catalogam as relíquias do mundo greco-romano tal como faziam os bizantinos com seus dicionários e catálogos.

Da história das relíquias passamos para a história científica do século XIX. Os autores desse período literalmente cortam e colam informações das fontes e reconstróem os acontecimentos a partir do registrado por elas. Embora esse fazer histórico se mostrasse diferenciado do anterior, os historiadores modernos ainda versavam sobre os mesmos objetos, com os mesmos objetivos que seus antecessores. No tocante à historiografia sobre a Antiguidade, percebemos um trilhar não muito distanciado dos historiadores do século XVIII, centrados nos acontecimentos políticos e militares. Os autores mais analisados são os que selecionaram as guerras e os fatos políticos como tema central de suas obras. Por esses motivos, os primeiros estudos sobre a narrativa plutarquiana advieram não dos historiadores, mas de filósofos e filólogos.

As conseqüências desse esquecimento da narrativa plutarquiana resultaram em caracterizações de sua obra quanto à escola filosófica e ao gênero literário de sua escrita. Os filósofos concentraram suas análises nos tratados morais e procuraram identificar a escola filosófica predominante no pensamento plutarquiano. Por sua vez, presos ao germânico método da *Quellenforschung*, os filólogos centraram-se quase que exclusivamente nos aspectos de linguagem e de estilo dos escritos plutarquianos, assim como na análise exaustiva de suas fontes. Realizaram também comparações entre o conteúdo da fonte citada e o registrado por Plutarco, com o intuito de identificar o verdadeiro e o falso em sua narrativa. O mecanicismo desse pensamento é percebido também em estudos recentes, e isso ocorre porque um grupo de estudiosos não reconhece as limitações das informações deixadas pelos antigos e insiste em “comprovar” se esta ou aquela fonte escreveu ou não um relato fidedigno dos acontecimentos. Em suma, não havia a preocupação de se estudar as diferenças no Império, pois elas não existiam...

O final do século XIX foi marcado por grandes ondas de colonizadores europeus retalhando e distribuindo entre si as terras conquistadas em outros

continentes. Pensadores europeus produziram páginas e páginas de histórias, teorias filosóficas, sociais e políticas justificadoras dessa dominação. A contrapartida dessa construção ideológica européia transparece na edificação de identidades nacionais artificiais, tendo como fundamento textos literários e achados arqueológicos provenientes de gregos e romanos. O exemplo mais conhecido da presença ideológica do nacionalismo europeu na produção intelectual do século passado está no uso da Arqueologia como instrumento de manipulação política (JONES, 1997, p. 2). Por conta dessa apropriação imprópria do passado greco-romano para o estabelecimento de valores e práticas culturais distintivos de uma determinada nação, vários especialistas da Antigüidade têm questionado a escrita da história greco-romana. Citamos, por exemplo, o estudo de Elisabeth Rawson sobre o uso da história idealizada de Esparta no discurso político europeu,¹ no qual a autora revela manipulações das informações coletadas e divulgadas pelos historiadores, que variam de acordo com o contexto político.

Nesse panorama, configura-se a escrita de uma história idealizada de gregos e de romanos sob o ponto de vista evolutivo das civilizações, um processo de sucessão entre os povos, já esperado em virtude do poderio militar e econômico aliado à superioridade intelectual de uma determinada civilização. Lembramos aqui a permanência de oposições binárias, herdadas do pensamento antigo, que os pesquisadores empregam no antagonismo entre grego e bárbaro com o sentido análogo de civilização e barbárie. A síntese desse pensamento aparece na imagem de um Império Romano capaz de executar dois movimentos contrários: o de suplantar as práticas culturais de seus conquistados e o de fundir-se com os mais evoluídos. Tal característica conduz os romanos, no entender dos grandes historiadores do final do século XIX em diante, ao despontar da civilização greco-romana. No entanto, como o processo de descolonização, iniciado no século XIX e intensificado no século XX, já demonstrou, as dominações militar e cultural encontram barreiras nem sempre visíveis, como o sentimento de soberania de um povo, o que inviabiliza afirmações categóricas sobre a eficácia da romanização dos povos dominados.

Em que pesem os novos métodos da história no século XX, estes não impediram que a vida política estivesse no foco dos historiadores até meados

¹ A autora estuda como o modelo militarista espartano alimentou a ideologia política de governos totalitaristas e militaristas em países como França, Inglaterra e Alemanha, em que o pensamento eugênico dos espartanos servia de exemplo para a Europa em formação (Cf. RAWSON, 1991).

dos anos trinta. A recente história factual do período sustenta as temáticas de seus antecessores e reproduz em seus livros os grandes fatos do mundo político e a vida de seus grandes nomes. Foi preciso aguardar os anos 1960 para a introdução de novas temáticas, com novas teorias e metodologias que buscavam problematizar a sua escrita. A historiografia então surge como instrumento para a compreensão de que o historiador está exposto ao pensamento de sua época e por isso seu relato representa, entre outros aspectos, um retrato ideológico de sua sociedade, do qual podemos extrair informações úteis à compreensão histórica de um determinado contexto.

Na segunda metade do século passado, já encontramos estudos de especialistas, refletindo sobre a coexistência de gregos e de romanos na época imperial, que têm como referência a escrita de Plutarco. Anteriormente a esse período, encontramos um interessante livro de 1890, escrito por J. P. Mahafy, **The Greek World under Roman Sway: from Polybius to Plutarch**. Embora seu estudo não trate especificamente da obra de Plutarco, o autor dedica dois breves capítulos de seu livro para sua escrita. Neles, o autor delinea um Plutarco ciente da decadência política e religiosa da Grécia de seu tempo e que veicula, em suas obras, seu pensamento de conformidade e de acomodação frente ao poderio romano. Dessa maneira, Plutarco dialogaria com seus amigos gregos no intuito de convencê-los de sua subalterna condição no Império, a fim de evitar conflitos entre eles, pois Plutarco seria um provinciano, preocupado com a continuidade de sua cidade e de seu povo. De acordo com o raciocínio do autor, Plutarco poderia ser caracterizado como um aristocrata grego desligado da política imperial e voltado para a problemática de sua região (MAHAFFY, 1890, p. 291-368).²

Em consulta à bibliografia especializada em Plutarco, notamos que somente dois autores anteriores aos anos 1980 – a saber, R. H. Barrow (1965) e C. P. Jones (1971) – teceram considerações mais consistentes a respeito da percepção plutarquiana da política imperial e do papel dos gregos nela. Em seu texto, Barrow argumenta que os gregos compunham um grupo diferenciado em Roma e que, em relação aos demais povos conquistados, eles eram tratados com distinção pelos romanos. O fundamento para tal assertiva encontra-se em

² Com seu livro, Mahaffy demonstra que o poderio militar romano assegurou a formação de seu grandioso Império desde as guerras contra os cartagineses até a conquista dos dácios. Para o autor, diferentemente das interpretações mais recentes, o emprego da literatura como forma de dominação ideológica ocorre no reinado de Adriano, com a Segunda Sofística, e não no de Trajano. Portanto, Plutarco não faria parte desse grupo de intelectuais imbuídos da tarefa de exaltar o imperador e sua política.

escritos de autores gregos e romanos da época imperial que dividiam o mundo em três categorias culturais: a grega, a romana e a dos bárbaros (BARROW, 1965, p. 142). Plutarco, então, atuaria como uma espécie de voz conciliadora na relação entre gregos e romanos e ainda estabilizadora da política dos romanos nas regiões helênicas.

Outro aspecto interessante da argumentação de Barrow aparece quando o autor ressalta o contraste do pensamento plutarquiano em relação à época clássica grega, quando o mundo era dividido apenas em gregos e bárbaros, não havendo espaço para a categoria dos romanos. Vemos, no desenvolver de seu raciocínio, uma linha evolutiva do contato entre gregos e romanos, na qual Plutarco se alinha às circunstâncias de seu tempo, como a tranqüilidade militar e o fomento das artes literárias. Segundo Barrow (1965, p. 148), Plutarco demonstra consciência da longa duração desse momento histórico, o qual permite a formação de uma civilização greco-romana que, em razão de seu conhecimento acumulado, seria capaz de atravessar incólume, em seu poder, por séculos a fio.

Em diversas passagens da obra plutarquiana, a fonte nos revela a superioridade grega nas artes literárias, arquitetônicas, divinatórias e nos campos da medicina, da astronomia, da filosofia, entre outros. Plutarco demarca as práticas culturais dos gregos, separando-as das dos romanos, visando sedimentar uma identidade grega no Império alicerçada em um coletivo de diferentes povos cujo traço principal era a reprodução de ritos e de práticas transmitidas pelos antigos gregos. Pode-se ver nesse movimento dos intelectuais gregos, oriundos de elites locais, uma manobra para o fortalecimento de comunidades isoladas ao torná-las partícipes de um grupo com identidade cultural e influência política no Império.

Contudo, é precipitado pensar os gregos como um grupo cultural diferenciado dos demais, visto que outros povos também exerceram influência nas decisões tomadas pelo imperador. Convém lembrar, como observou Nippel, que colocar os gregos em posição privilegiada no Império Romano, diferenciá-los dos orientais e dos selvagens, é reproduzir o pensamento dos historiadores do século XIX, período no qual os seguidores de Clio estavam voltados para a formação de uma “cultura científica nacional”, isto é, para o fortalecimento do neonato conceito de Estado-Nação, o que torna imperativo aos pesquisadores subsequentes a realização de continuadas análises e de sistemáticas revisões dessas teorias (NIPPEL, 1996, p. 196).

Em que pesem as acertadas conclusões de Nippel, trabalhos recentes reforçam as assertivas de Barrow sobre a formação da civilização greco-romana, como o livro de Paul Veyne, **L'Empire gréco-romain**, no qual o autor retrata a total integração cultural entre gregos e romanos, que culmina na constituição de uma nova civilização: a greco-romana (Cf. VEYNE, 2005, p. 5-ss). Não se trata de uma conclusão desconhecida, pois podemos encontrá-la já em sua introdução redigida para uma obra que obteve grande circulação em nosso país: **A história da vida privada**. Portanto, aquilo que o autor apresenta de novo em seu livro é o desenvolvimento dessa idéia ao longo de mais de quinhentas páginas, pois na introdução em epígrafe, Veyne já falava em romanos que se tornaram gregos, ou melhor, de uma Roma transformada em Grécia (VEYNE, 1992, p. 15).

Ao contrário dessa harmonia greco-romana, em que gregos esclarecidos educam romanos segundo sua cultura, C. P. Jones identifica movimentos contrários a essa criação de uma cultura greco-romana à época imperial. O autor nos apresenta dois tipos de pensamento entre os gregos: um seria representado por gregos contrários ao Império, que difundiam o mito fundador de Rômulo e Remo com o intuito de relacionar os atos criminosos dos romanos no passado com os cometidos no presente; o outro, ao qual Plutarco pertenceria, estaria ligado aos intelectuais simpáticos ao poder que, influenciados pela produção literária do século I a.C., associavam a origem de Roma a personagens míticos, como Enéas.³ Para Jones, esse seria um sinal de aprovação à política imperial, uma vez que o apoio desses gregos ocorria mediante seu alinhamento ideológico com o imperador. Assim, a adesão à concepção historiográfica da época de Augusto – criadora do mito greco-romano – demonstrava a concordância com a propaganda imperial centrada na pacificação dos territórios, em particular os da Ásia Menor (JONES, 1971, p. 89-94).

Françoise Frazier destaca outro mito na narrativa plutarquiana: o de Teseu. Plutarco teria escrito biografias de gregos e de romanos pautado em

³ Atribuir o surgimento de heróis fundadores gregos à literatura latina imperial do século I a.C. fundamenta-se ao folhear as páginas do primeiro livro de Tito Lívio, da **Eneida**, de Virgílio, e das **Heróides**, de Ovídio. Contudo, a tradição grega da mesma época, transmitida por Dioniso de Halicarnasso, reafirma o cantado pelos poetas e registrado pelo historiador latino. Dessa maneira, não se trata de autores alinhados à ideologia de Augusto, mas herdeiros da tradição literária grega, que balizavam o estilo e a temática de suas obras. Os intelectuais dos séculos I e II d.C. retomam essa versão da tradição literária grega para demonstrar que os gregos, de certa maneira, continuam com sua saga civilizatória no mundo, agora como parte integrante de um novo povo, o romano, e não como subalternos deles ou ainda como complemento deles, pois a identidade grega em Roma se mantinha graças às práticas culturais de suas comunidades.

um mundo poliáde, criado por Teseu, distante da realidade de sua época. Frazier atenta para os anacronismos de Plutarco ao relatar acontecimentos que parecem simultâneos, mas que ocorreram em lugares e em épocas distintas (Cf. FRAZIER, 1996, p. 281). O propósito de Plutarco com essa escrita seria apenas o da preservação de uma tradição literária herdada de seus antepassados. A nosso ver, o argumento de que a conservação da cultura grega deu-se por meio de sua literatura espelha o entendimento desses estudiosos de que a escrita plutarquiana atua como patrimônio cultural de seu povo e que, portanto, sua obra se constituiria em um lugar de preservação da memória grega.⁴

Há ainda outras interpretações que apreendem a escrita plutarquiana como uma espécie de arca na qual o autor coloca todos os elementos caros à cultura grega na tentativa de salvá-los do dilúvio da romanização. Em um estudo sobre as biografias romanas de Plutarco, Barbara Scadigli (1979, p. 10-ss) também identificou o uso plutarquiano do expediente da sobreposição temporal dos fatos para a exaltação dos valores gregos. Tais descompassos cronológicos também são interpretados por Frazier como artifícios para a difusão da cultura e da história da pólis gregas,⁵ conclusão semelhante à atingida pelo estudo de Herbert Heftner (1995, p. 8) em sua leitura da vida de Pompeu.

Na esteira dessa abordagem da obra plutarquiana como propagadora da cultura grega, diversos estudiosos encontraram na difusão dos valores educacionais gregos a grande motivação de sua escrita. Thomas Rosenmeyer comparou os proêmios das biografias plutarquianas, realçando o conteúdo propedêutico de sua escrita e sua intenção de oferecer aos leitores romanos uma espécie de “espelho de príncipe”,⁶ no qual os conceitos de virtude (*aretê*) e de caráter (*éthos*) pautavam-se na tradição grega (ROSENMEYER, 1992, p. 207). Igualmente, no estudo de Titchener, a autora conclui que o escopo de Plutarco era o de evidenciar a contribuição da *paideia* grega na formação do cidadão romano, bem como os seus benefícios para aqueles que desempenhavam funções políticas no Império (TITCHENER, 2002).⁷

⁴ Referência feita ao termo *lienx de memoire*, empregado por Pierre Nora (1989).

⁵ Para a questão da pólis como centro da argumentação plutarquiana, cf. Frazier (1993, p. 66). Outro estudo interessante sobre o conceito de pólis no pensamento plutarquiano é de Helmut Halfmann (2002).

⁶ O primeiro “espelho de príncipe” de que se tem notícia foi escrito por Teofrasto (372-287 a.C.), conforme nos esclarece Marilena Vizenin (2005, p. 90-98).

⁷ No mesmo ano da publicação desse trabalho, foi realizado um Congresso, na Universidade de Coimbra, cujo eixo temático estava pautado na noção de *paideia* em Plutarco. A intenção plutarquiana de propagar a educação grega no Império romano foi o objeto de análise da maioria de seus participantes, conforme visto na publicação de seus Anais, organizado por José Ribeiro Ferreira (2002).

O uso da cultura como instrumento de dominação é tema central do estudo de Rebecca Preston sobre a política romana na Grécia Oriental.⁸ A autora cita o exemplo do imperador Adriano, cujo incentivo às atividades culturais e às edificações na Grécia espelharia o philo-helenismo tradicional da política romana. O interesse dos romanos em absorver a cultura grega ocorre, segundo Preston (2001, p. 86-89), em conformidade com sua política de apropriação de capital cultural.⁹ Nessa política, Plutarco seria mais um membro da elite arrebanhado pelo Império que exerceria a dupla função de governante e de governado, com liberdade para divulgar sua cultura literária. A autora destaca o movimento de preservação e de reafirmação da cultura grega em Plutarco nas **Vidas Paralelas**, postulando pelo convívio de culturas distintas que se entrelaçam (PRESTON, 2001).

O verso de Horácio *Graecia capta ferum victorem cepit artis intulit agresti Latio*¹⁰ atravessou várias décadas atuando como testemunho para aqueles pesquisadores convencidos de que a cultura grega sobrepôs-se à romana. Em suas interpretações sobre a convivência de gregos e romanos, o encontro entre esses povos seria uma espécie de simbiose, em que gregos ofereciam suas artes ao mundo romano e este oferecia suas armas; leia-se, proteção ao mundo grego. A tradição artística e cultural grega seria a chave para a entrada no mundo romano, pois, em virtude de sua superioridade cultural, os romanos aproximavam-se dos gregos com a finalidade de aprender a ser grego.

Citamos como exemplo o estudo de Paolo Desideri, que atenta para o processo de formação e de sedimentação de uma cultura única – iniciada já na época de Políbio e continuada por Plutarco – que atuava como um instrumento político nas mãos do imperador. Em contrapartida, Desideri (1992, p. 4486) vê nessa manobra política imperial o ônus da subtração da identidade cultural romana no Império em prol da grega. O interessante no estudo de Desideri é que o autor retira da noção de superioridade cultural grega o seu papel natural de civilizador, ressaltado pelos estudiosos, para colocá-la no plano da dominação política.

⁸ À época de Plutarco, a chamada Grécia Ocidental quase não figurava no quadro político romano. Os gregos do oriente conheciam a riqueza e com isso a participação na política do Império. Apesar disso, em termos de construções e de festivais culturais, a Grécia ocidental abrigou inúmeros festivais e recebeu vários monumentos e edifícios no período imperial. O imperador Adriano destaca-se dos demais não somente pela quantidade de obras e de eventos culturais, mas pela diversidade dos locais. Ainda hoje podemos ver nas cidades de Atenas, Esparta, Corinto e outras, sítios arqueológicos datados do período de Adriano, com aquedutos, ágoras, termas e teatros.

⁹ É nítida a ascendência de Pierre Bourdieu na linha de raciocínio da autora no que tange à questão do capital social e de sua atuação nos campos. Cf. os estudos de Pierre Bourdieu (1974).

¹⁰ “A Grécia capturada conquistou o agreste Lácio com suas artes” (**Epístolas**, II, 1, 156).

O imperador apropriava-se das práticas culturais gregas não por admiração e respeito, mas por sua utilidade e eficiência na divulgação da política imperial nos ricos territórios de cultura grega na região oriental do Império.

O uso de costumes e hábitos dos gregos no Império é interpretado por Jacques Boulogne como o resultado de uma reação à dominação militar romana, por parte de intelectuais gregos, como Plutarco, que escreviam suas obras em consonância com sua tradição, como se se tratasse de um ato civilizador. Nesse sentido, o autor aponta que, no tratado **Quaestiones Romanorum**, Plutarco com sua retórica buscava convencer seu leitor de que os romanos seriam bárbaros civilizados pelos gregos (BOULOGNE, 1992, p. 4707). Alguns anos após a escrita desse artigo, Boulogne publicou um livro específico sobre essa temática, com o título **Plutarque: un aristocrate grec sous l'occupation romaine**, no qual reflete sobre a convivência de Plutarco com o poder romano, destacando sua essencial experiência política com os governos de Cláudio, Nero, Galba, Oto, Vitélio, Vespasiano, Tito, Domiciano, Nerva, Trajano e Adriano (BOULOGNE, 1994).

Tendo como ponto de partida a teoria do “jogo dos espelhos”, inspirada em François Hartog,¹¹ Boulogne critica a alienação política de Plutarco e traz à luz sua percepção dos bárbaros que, como um espelho, reproduz a imagem que Plutarco constrói de si e dos gregos, ou seja, sua concepção da identidade grega (BOULOGNE, 1994, p. 14). E a construção dessa imagem é mediada pela consolidação do Império romano no Mediterrâneo antigo e pela precariedade do mundo grego, marginalizado e subserviente. Como resposta a esse momento histórico, Plutarco realçaria a paz instaurada pelos romanos nos territórios gregos e desenvolveria um sentimento de *romanophilia* entre seus pares, para que estes se vissem como parte do Império (BOULOGNE, 1994, p. 30-37).

A convivência de Plutarco com diversos imperadores romanos também mereceu a atenção do pesquisador Italo Gallo.¹² Em sua descrição da interação plutarquiana com os imperadores, Gallo infere que sua proximidade com o poder o converteu em um indivíduo que compartilhava da ideologia de uma elite romana culta e refinada, produto de uma *koiné* greco-romana. Por esse motivo, Plutarco pensava na composição cultural do Império em três categorias:

¹¹ Ver a Introdução de seu livro **Le miroir d'Hérodote: essai sur la representation de l'autre** (HARTOG, 1980).

¹² Gallo assim descreve as fases da vida de Plutarco: “A vida de Plutarco transcorreu sob os Césares: Nero e os três imperadores nos sucessivos e convulsivos anos de 68 e 69 durante o período de sua educação e formação; os Flávios em sua maturidade; Nerva, Trajano e Adriano em sua velhice” (GALLO, 2001, p. 297).

bárbaros, gregos e romanos (GALLO, 2001, p. 297). No entanto, o autor reconhece que Plutarco teceu críticas a práticas políticas e culturais dos romanos, em particular à preferência dos romanos pelos espetáculos dos gladiadores. Na leitura de Gallo, tais críticas são destinadas aos membros não abastados e cultos da sociedade romana, pois Plutarco conduz seus companheiros para o caminho da integração à cultura romana, apoiando a chamada “romanidade”, não apenas para conformar-se ao poder imperial, mas também para sentir-se parte integrante desse povo.¹³

Alguns estudiosos sustentam que a hegemonia militar romana na Grécia inviabilizava qualquer esboço de reação contra o Império, tendo os gregos a opção única de conformarem-se aos projetos do imperador, dada a impossibilidade de recuperação da autonomia política de suas cidades. Para ilustrar tal proposição, María López aponta, nos escritos plutarquianos, renúncia e resignação diante da dominação romana, expressas em suas descrições dos acontecimentos nos quais se configuravam os erros que levaram a Grécia ao seu ocaso. A autora acrescenta que Plutarco estava ciente de sua condição e procurava desfrutar algo dessa situação, promovendo assim a *Pax Romana* e suas vantagens para os gregos, como a ausência de guerras e a liberdade para a gerência de seus próprios bens.¹⁴

Embora considere que os primeiros anos do domínio romano na Grécia trouxessem aos gregos da época imperial a lembrança dos saques sucessivos de seus tesouros, cobranças de taxas e da exploração de seus recursos econômicos, Jan Bremer reconhece em Plutarco e nos gregos de seu tempo uma admiração pelo Império romano, descartando qualquer tipo de oposição política grega ao imperador (BREMER, 2005, p. 257). Pelo contrário, o autor revela que as elites locais gregas se beneficiavam com o domínio romano, pois o exercício do poder em sua região de origem dependia do suporte romano, seja no plano jurídico seja no militar. Somente dessa forma as elites obtinham proteção contra a plebe insurgente e se mantinham no comando local, usufruindo ganhos políticos e econômicos, permitidos pela estrutura burocrática e militar do Império.

De acordo com a pesquisa de Bremer, quatro seriam as razões para Plutarco reverenciar o Império: a primeira delas, de cunho moral, por considerar

¹³ O autor refere-se a Plutarco como um líder intelectual dos gregos dotado de grande prestígio junto a sua comunidade (Cf. GALLO, 2001, p. 304).

¹⁴ Em seu entender, os intelectuais e também políticos gregos dependiam das autoridades imperiais, uma vez que estavam em posição subalterna dentro dessa relação (Cf. LÓPEZ, 2004, p. 37-38).

os romanos insígnies comandantes devido à virtuosidade de seus homens; em segundo lugar, Plutarco tinha em conta que os romanos concorriam como protetores e difusores da língua e da cultura gregas; em terceiro, por motivos históricos, apreciava os romanos por causa de Flaminino e de Paulo Emílio, que libertaram a Grécia da tirania macedônica; e, por fim, Plutarco estaria satisfeito com a pacificação promovida pelos romanos, em especial a sucedida no mundo grego, com a qual as elites locais alcançaram a tranqüilidade necessária para controlar sua população (BREMER, 2005).

A fragilidade das cidades gregas frente ao Império também foi identificada por Luisa Prandi como um elemento importante na elaboração do discurso plutarquiano, particularmente no tratado **Preceitos Políticos**. A autora discorre sobre a inquietação de Plutarco com seus companheiros detentores de poderes políticos em suas cidades, o que motivou a escrita do tratado; seu fito seria instruí-los a manter o orgulho de ser grego sem estremecer suas empresas com os romanos. E o grande apelo de Plutarco também seria para evitar a discórdia (*stásis*), a fim de assegurar a prosperidade econômica e social que derivava da paz e da concórdia entre os dois povos (PRANDI, 2000, p. 91-94).

O modelo político das sociedades poliades do Mediterrâneo grego antigo, no entender de Masarachia, permeava a visão plutarquiana do poder, principalmente por ser Plutarco fortemente influenciado pelo regionalismo desse modelo. Portanto, não vislumbrava participar da vida política do Império, mas desempenhar um papel político em sua cidade e na Grécia. Essa habilidade de Plutarco, de atuar em duas esferas políticas, suscita no autor o entendimento de que havia em Plutarco um patriotismo regional e um outro grego.¹⁵ Sobre sua relação com Roma, Masarachia afirma que Plutarco escreveu suas **Vidas Paralelas**, comparando uma personagem grega com uma romana, para expor sua interpretação histórica e política entre o passado grego e o presente romano. Para fundamentar sua proposição, conclui que Plutarco pondera sobre como os gregos dependiam do Império para a sobrevivência de seus valores, enquanto os romanos necessitavam dos gregos para a sua missão civilizadora (MASARACHIA, 1994, p. 31-34).

Há pouco mais de duas décadas apenas, os especialistas nas obras de Plutarco se debruçam sobre a relação política entre gregos e romanos manifesta em suas reflexões. Em linhas gerais, esses estudos reforçam a teoria de uma

¹⁵ Lukas de Blois apresenta a mesma opinião sobre o modelo poliade servir de parâmetros para as conclusões políticas de Plutarco. O exemplo do autor centra-se na oposição entre o tirano e o homem sábio, que regeria a escrita das biografias de Dião e de Timoleão (Cf. DE BLOIS, 1997, p. 214).

dominação cultural e política dos romanos sobre um grupo de intelectuais gregos oriundos das elites locais, mediante um processo denominado de cooptação. Em virtude dessa dependência, intelectuais gregos empregariam suas técnicas literárias para a construção de um discurso que sustentasse o poder imperial em suas regiões. Não descartamos a existência desse processo de cooptação das elites locais, contudo, o que não podemos aceitar é que ele tenha sido uniforme e absolutamente eficaz, isto é, sem qualquer tipo de resistência política ou cultural por parte desses mesmos gregos.

PLUTARCH AND ROMANS: DEBATES AND HISTORIOGRAPHICAL PERSPECTIVES

ABSTRACT

In this article, we discourse regarding the path of the debates about the Plutarch's writings, and still about the contribution of the Plutarch's work for the studies centered in the understanding of the relationship among Greeks and Roman in the imperial time. Our intention is to demonstrate that the study of the Plutarch's writings lead us to the understanding of the Roman political culture, something little explored by the modern historiography.

KEY-WORDS: *Ancient Historiography. Imperial Rome. Plutarch.*

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARROW, R. H. **Plutarch and his Times**. Bloomington; London: Indiana University Press, 1965.

BOULOGNE, J. Les "Questiones Romaines" de Plutarque. **ANRW**, Band 33.6, p. 4682-4708, 1992.

_____. **Plutarque: um aristocrate grec sous l'occupation romaine**. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1994.

BOURDIEU, P. **Economia das trocas simbólicas**. São Paulo: Perspectiva, 1974.

BREMER, J. M. Plutarch and the "Liberation of Greece". In: DE BLOIS, L.; BONS, J.; KESSELS, T. et al (Ed.) *The Statesman in Plutarch's Works*. v. II: *The Statesman in Plutarch's Greek and Roman Lives*. Proceedings of the Sixth

International Conferences of International Plutarch Society. **Mnemosyne**, Supplementum 250, p. 245-256, 2005.

DE BLOIS, L. Political Concepts in Plutarch's Dion and Timoleon. **Ancient Society**, v. 28, p. 209-224, 1997.

DESIDERI, P. La formazione delle copie nelle "Vite" plutarchee. **ANRW**, Band 33.6, p. 4470-4486, 1992.

FERREIRA, J. R. **Actas do Congresso Plutarco Educador da Europa**. Porto: Fundação Eng. António de Almeida, 2002.

FRAZIER, F. **Histoire et morale dans le *Vies Parallèles* de Plutarque**. Paris: Les Belles Lettres, 1996.

_____. Remarques autour du vocabulaire du pouvoir personnel dans les *Vies Parallèles* de Plutarque. **Ktèma**, n. 18, 1993.

GALLO, I. L'idea di Roma in Plutarco. In: GIORDANO, F. (a cura di). **Atti del Convegno di studi "L'idea di Roma nella cultura antica"**, Salerno, 14-16 ottobre 1996, Napoli: Edizione Scientifiche Italiane, 2001. p. 297-304.

HALFMANN, H. Die Selbstverwaltung der kaizerzeitlichen Polis in Plutarchs Schrift Praecepta gerendae rei publicae. **Chiron**. Band 32, p. 83-95, 2002.

HARTOG, F. **Le miroir d'Hérodote: essai sur la representation de l'autre**. Paris: Gallimard, 1980.

HEFTNER, H. **Plutarch und der Aufstieg des Pompeius: Ein historischer Kommentar zu Plutarchs Pompeiusvita. Teil I**, Frankfurt: M. u. a., 1995.

JONES, C. P. **Plutarch and Rome**. Oxford: Clarendon Press, 1971.

JONES, S. **The Archaeology of Ethnicity: Constructing Identities in the Past and Present**. London; New York: Routledge, 1997.

LÓPEZ, M. de los Á. D. Plutarco, ciudadano griego y súbdito romano. In: DE BLOIS, L.; BONS J.; KESSELS, T. et al (Eds.). v. I : Plutarch's Statesman and his Aftermath : Political, Philosophical, and Literary Aspects. Proceedings of the Sixth Internacional Conference of the International Plutarch Society. Nijmegen; Castle Hernen, May 1-5, 2002. **Mnemosyne**. Suplementum 250, p. 33-41, 2004.

MAHAFFY, J. P. **The Greek World under Roman Sway: from Polybius to Plutarch**. London; New York: Macmillan, 1890.

- MASARACHIA, A. Sul Plutarco político. **Rivista di Cultura Clássica e Medioevale**, n. 1-2, p. 5-40, 1994.
- NIPPEL, Wilfried. La costruzione dell'“altro”. In: SETTIS, S. (Org.) **I Greci: storia, cultura, arte e società**. Torino: Einaudi, 1996. p. 165-196.
- NORA, P. Between Memory and History: les lieux de memoire. **Representations**. n. 26, p. 7-26, 1989.
- PRANDI, L. Gli esami del passato greco nei *Precetti politici* di Plutarco. **Rivista Storica dell'Antichità**. Anno XXX, p. 91-107, 2000.
- PRESTON, R. Roman Questions, Greek Answers: Plutarch and the Construction of Identity. In: GOLDHILL, S. (Ed.). **Being Greek under Rome: Cultural Identity, the Second Sophistic and the Development of Empire**. Cambridge: Cambridge University Press, 2001. p. 86-89.
- RAWSON, E. **The Spartan Tradition in European Thought**. Oxford: Clarendon Press, 1991.
- ROSENMEYER, T. G. Beginnings in Plutarch's *Lives*. **Yale Classical Studies**. v. XXIX, p. 205-230, 1992.
- SCARDIGLI, B. **Die Römerbiographien Plutarchs: ein forschungsbericht**. München: Verlag C. H. Beck, 1979.
- VEYNE, P. Introdução. In: ARIÈS, Ph.; DUBY, G. (Ed.) **História da vida privada: do Império ao ano mil**. Organização de P. Veyne. São Paulo: Companhia das Letras, 1992. p. 13- 15.
- _____. **L'Empire Gréco-romain**. Paris: Éditions du Seuil, 2005.
- VIZENTIN, M. **Imagens do poder em Sêneca: estudo sobre o *De Clementia***. Cotia: Ateliê Editorial, 2005.
- TITCHENER, F. B. Plutarch and Roman(ized) Athens. In: OSTENFELD, E. (Ed.) **Greek Romans and Roman Greeks: Studies in Cultural Interaction**. Gylling: Aarhus University Press, 2002. p. 139-140.